

**Edição e Revisão de Texto  
na Assembleia da República**

**Teresa Isabel de Oliveira Xavier dos Santos**

**Relatório de Estágio de Mestrado  
em Edição de Texto**

**Outubro, 2018**



# **Edição e Revisão de Texto na Assembleia da República**

**Teresa Isabel de Oliveira Xavier dos Santos**

**Relatório de Estágio de Mestrado  
em Edição de Texto**

**Outubro, 2018**

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Edição de Texto realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Rui Zink, Professor Auxiliar do Departamento de Estudos Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

## **Relatório de Estágio na Assembleia da República**

Teresa Isabel de Oliveira Xavier dos Santos

### **Resumo**

---

O presente relatório visa descrever o estágio curricular realizado na Divisão de Redação e Apoio Audiovisual (DRAA) da Assembleia da República, de 7 de novembro de 2017 a 15 de março de 2018, para obtenção do grau de Mestre em Edição de Texto na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, após a conclusão da componente letiva.

O estágio incidiu na área de preparação e revisão de texto. Serão abordados alguns dos trabalhos editoriais realizados, bem como uma explicação da forma de funcionamento daquela divisão.

Serão identificadas as diferenças significativas entre a I e a II Série no *Diário da Assembleia da República* e haverá lugar a uma reflexão sobre a aplicabilidade do que foi aprendido no estágio para a vida profissional futura.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Assembleia da República*; edição; documentação; estágio; revisão de texto.

## **Relatório de Estágio na Assembleia da República**

Teresa Isabel de Oliveira Xavier dos Santos

### **ABSTRACT**

---

The present report aims to describe the internship held at Editorial and Audiovisual Production Division, in Assembly of the Republic, from the 7<sup>th</sup> of September of 2017 to the 15<sup>th</sup> of March of this academic year, for the degree of Master of Text Editing at the Faculty of Social and Human Sciences, after the conclusion of the academic component.

The internship focused mainly in the area of text's preparation and proofreading, and as such examples of the done editorial work will be provided, as well as an explanation of how this section operates.

I will describe the significant differences between the 1<sup>st</sup> and 2<sup>nd</sup> Series of the official journal of the Assembly of the Republic Diary and a reflection on the applicability of the internship in my future professional life.

**KEYWORDS:** *Assembly of the Republic; edition; documentation; internship; revision of text.*

## **Agradecimentos**

Não posso deixar passar esta oportunidade para manifestar a minha gratidão a todos os que me ajudaram a realizar este mestrado, a aprender com ele e a percorrer um percurso que há muito perspetivei mas que só agora consegui cumprir.

A realização deste mestrado só foi possível com o apoio, colaboração e carinho de um fantástico grupo de pessoas, as quais passo a citar:

➤ O meu marido Rui Santos — obrigada pela força, apoio, incentivo, luta e partilha conjunta neste mestrado e na vida;

➤ Os meus filhos Joana e João Pedro — obrigada pela compreensão, carinho, amor, orgulho que sempre demonstraram e a alegria que partilharam na busca e concretização deste desejo;

➤ Os meus pais e os meus sogros — obrigada pela presença constante na minha vida e por tudo o que sempre me deram, acima de tudo muito amor, apoio, carinho, dedicação e ajuda na educação dos meus filhos;

➤ Todos os professores da FCSH — obrigada por me apoiaram e incentivaram na concretização deste projeto;

➤ Os meus colegas de trabalho na Assembleia da República — obrigada pela compreensão, ajuda, incentivo e apoio para a concretização deste mestrado, sendo que, neste percurso, alguns foram muito especiais. Um enorme bem-haja ao António Carlos, Bruno Dias Pinheiro, Cláudia Ribeiro, Cátia Almeida, Cacilda Nordeste, Florbela Santo, João Amaral, Elisabete Rosa, Rosa Oliveira e Leonor Calvão Borges, pois sem o apoio incondicional deles não teria conseguido concluir este mestrado;

➤ O Professor Rui Zink, quer enquanto professor, quer enquanto orientador de mestrado — um enorme obrigada pelos ensinamentos, pelos conselhos, pelas diretrizes e, fundamentalmente, pela simpatia, ajuda e capacidade de me descomplicar os problemas e de me orientar no caminho certo para a finalização deste mestrado.





## Índice

1.	Introdução .....	11
2.	O Parlamento .....	13
	2.1. O seu funcionamento .....	13
	2.2. A Divisão de Redação e Apoio Audiovisual .....	14
3.	Estágio Curricular .....	17
	3.1. I Série do <i>Diário da Assembleia da República</i> .....	17
	3.1.1. O início, as perguntas e as respostas .....	17
	3.1.2. Reflexões, melhorias e sugestões .....	27
	3.2. II Série do Diário da Assembleia da República .....	29
	3.2.1. II Série (A, B, C, D e E) .....	29
	3.2.2. Como se faz a II Série? .....	32
	3.2.3. Separatas .....	36
	3.2.4. Reflexões e dificuldades .....	39
4.	Conclusão .....	41
5.	Bibliografia .....	43
	ANEXOS .....	45



## 1. Introdução

Este relatório foi desenvolvido no presente ano letivo, sob a orientação do Professor Rui Zink, com a realização de um estágio curricular na Divisão de Redação e Apoio Audiovisual, na Assembleia da República, como componente não letiva para obtenção do grau de Mestre em Edição de Texto.

Quando percebi a necessidade que tinha de me pôr à prova, de aprender, de aperfeiçoar o que fazia no meu âmbito profissional e de poder potenciar o que a minha entidade patronal me poderia permitir ao nível de novas funções e consequente evolução da carreira, decidi inscrever-me neste mestrado e, desde o início, considerei que seria interessante fazer o estágio curricular na Divisão de Redação e Apoio Audiovisual, tal como veio a acontecer.

Todo este processo está estritamente ligado com o meu percurso na Assembleia da República, onde trabalhei durante 16 anos na Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar (DILP), tendo elaborado diversos *dossiers* de legislação (Orçamentos do Estado) e temáticos (droga, violência). Atualmente, encontro-me a exercer funções na Divisão de Apoio às Comissões (DAC).

O fascínio que sempre tive pela palavra e pela comunicação suscitou-me o desejo de poder aspirar a um percurso profissional ligado à edição de texto.

A realização do estágio permitiu-me assegurar o meu crescimento profissional e adquirir mais técnicas de trabalho, que servirão, certamente, para qualquer função que desempenhe na instituição onde trabalho.

No diálogo que estabeleci para a preparação do estágio curricular foi definido como objetivo geral a criação de uma visão editorial mais holística sobre a comunicação da Assembleia da República com o público-alvo e o aumento do rigor e da coerência na informação publicada nos *Diários da Assembleia da República*. Além disso, definimos também objetivos específicos, como a manutenção da coerência nas técnicas de redação, na execução correta e rigorosa da transcrição sem alterar o estilo do orador.

O estágio decorreu de 7 de novembro de 2017 a 15 de março de 2018, a tempo parcial, sob a orientação do chefe da Divisão de Redação e Apoio Audiovisual, Dr. João Amaral, tendo cumprido com o plano de estágio estabelecido para as 400 horas de trabalho.

O presente relatório visa a descrição sumária das atividades realizadas ao longo do estágio, uma breve contextualização do funcionamento da Assembleia da República e, sobretudo, das funções e tarefas desempenhadas na DRAA.

Seguidamente, apresenta-se uma análise crítica sobre a Divisão de Redação e Apoio Audiovisual, com algumas considerações que julgo pertinentes, identificando os principais pontos fortes e pontos a melhorar na divisão.

Por fim, apresento uma conclusão sobre o resultado do estágio, a validação da concretização dos objetivos definidos e o resumo das principais aquisições obtidas no decorrer deste período, bem como durante o período das aulas.

## **2. O Parlamento**

### **2.1. O seu funcionamento**

Após a transição para o regime democrático, com a revolução do 25 de Abril, em 1974, a Constituição da República Portuguesa, aprovada pela Assembleia Constituinte, em 1976 estabelece enquanto um dos órgãos de soberania, um Parlamento monocameral, com funções legislativas e de fiscalização política do governo (artigos 161.º a 170.º).

A Assembleia da República, assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses, composta atualmente por 230 deputados eleitos por círculo eleitoral de acordo com o método de Hondt (artigo 149.º), funciona por legislaturas, com a duração quatro sessões legislativas (artigo 171.º). Cada sessão legislativa dura um ano, com início a 15 de setembro, decorrendo os trabalhos em período normal, até dia 15 de junho, prazo esse que pode ser prorrogado por deliberação do Plenário.

A atividade parlamentar está regimentalmente organizada de forma a reservar períodos de trabalho para as reuniões plenárias, as reuniões das comissões parlamentares e o contacto com o eleitorado. Assim, o plenário funciona habitualmente nas tardes de quarta e quinta-feira e na manhã de sexta-feira. Já as reuniões das comissões parlamentares têm lugar à terça-feira e na manhã de quarta-feira, reunindo também frequentemente nas tardes de quarta, quinta e sexta-feira, após as reuniões plenárias. O primeiro dia da semana é reservado para o contacto dos deputados com os eleitores.

Da I legislatura à atual (XIII), houve lugar a legislatura completa por seis vezes (I, V, VI, VII, X, XII), a que corresponderam governos maioritários ou em coligação pós eleitoral.

Para a organização e concretização dos trabalhos parlamentares, a Assembleia da República conta com 361 funcionários — excluindo os assessores dos grupos parlamentares, que não estão afetos ao quadro de pessoal —, de acordo com os dados do Balanço Social de 2017 elaborado pela Divisão de Recursos Humanos e Administração, que estão distribuídos pelas diferentes direções de serviço e divisões consoante a sua formação académica. Na figura 1 do anexo I pode ver-se o organigrama dos serviços.

## 2.2. A Divisão de Redação e Apoio Audiovisual

A DRAA foi a divisão que me acolheu para a realização deste estágio. Afeta à Direção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado, tem por missão a elaboração do *Diário da Assembleia da República* (DAR) e a preparação de outros textos parlamentares com vista à sua publicação, além de ser responsável pela difusão dos trabalhos parlamentares através do Canal Parlamento/AR TV. Por fim, a Divisão de Redação e Apoio Audiovisual é igualmente responsável pelo apoio, em meios audiovisuais, ao plenário, às comissões e ainda aos eventos para os quais seja determinado tal apoio.

Segundo a Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), a DRAA tem como principais atribuições e competências:

- a) Elaborar os originais das I e II Séries do *Diário da Assembleia da República*;
- b) Manter com a Mesa da Assembleia da República e a Imprensa Nacional os contactos tendentes a assegurar a publicação atempada do *Diário da Assembleia da República*;
- c) Assegurar, com recurso aos meios técnicos audiovisuais apropriados que lhe estiverem afetos, o registo integral das declarações, intervenções, apartes e incidentes das reuniões do Plenário, bem como das comissões, para transcrição e ou publicação no *Diário da Assembleia da República*, designadamente em formato eletrónico;
- d) Converter em texto os registos a que se refere a alínea anterior, proceder à sua revisão literária e elaborar os respetivos sumários, sempre que necessário;
- e) Receber, compilar, verificar a exatidão, ordenar e preparar para publicação os documentos da II Série;
- f) Promover as retificações das inexatidões publicadas em qualquer das séries do *Diário da Assembleia da República*;
- g) Fornecer e disponibilizar em tempo útil os textos e documentos parlamentares já revistos para publicação;
- h) Assegurar a gestão, exploração e manutenção do sistema de áudio e do sistema de televisão digital e todos os equipamentos que dele fazem parte pertencentes ao património da Assembleia da República;
- i) Assegurar o apoio logístico e técnico ao Conselho de Direção do Canal

Parlamento;

j) Efetuar em tempo real o carregamento de todos os campos das bases de dados relativas à atividade parlamentar e processo legislativo comum (PLC) e ao sistema de informação base da Assembleia da República (SIBAR), com a informação de que dispõe em primeiro lugar e que está na sua esfera de competência.

Dou apenas nota de que, devido à reestruturação dos serviços da Assembleia da República — ocorreu depois de ter terminado o meu estágio —, a Divisão de Redação e Apoio Audiovisual ter passado a designar-se apenas Divisão de Redação.

Esta divisão é composta por vinte e uma funcionárias — uma equipa constituída apenas no feminino —, sendo que, para a realização da I Série do *Diário*, contam-se quatro revisoras, treze redatoras e uma secretária e, para a II Série do *Diário*, contam-se duas assessoras e uma secretária.

No capítulo seguinte irei, então, descrever e refletir sobre as atividades que desenvolvi nesta divisão.





### 3. Estágio Curricular

#### 3.1. I Série do *Diário da Assembleia da República*

##### 3.1.1. O início, as perguntas e as respostas

O *core business* da DRAA é a elaboração do *Diário da Assembleia da República*. No entanto, para chegarmos ao produto final, muitas são as etapas que temos de percorrer.

Portanto, há que começar pelo princípio, respondendo às questões que me ocorreram no início do estágio.

- A) *Quem produz o Diário?* Uma equipa de revisoras, redatoras e uma pessoa que presta apoio de secretariado.
- B) *Quais as funções da equipa?* As redatoras transcrevem o discurso que os deputados proferem nas sessões plenárias, as revisoras procedem à revisão dos textos transcritos e o secretariado é responsável pela uniformização do *Diário*, bem como pela aplicação de estilos (itálicos, tipo de letra, hiperligações, etc.). Na figura 1 do anexo II pode ver-se a mesa que as revisoras e as redatoras ocupam no hemiciclo.
- C) *Quais os documentos mais consultados para a realização deste trabalho?* Dicionários, prontuário ortográfico, Constituição da República Portuguesa, Regimento da Assembleia da República, Guia (livro de estilo criado pela DRAA), Elenco-Gov (documento onde constam os nomes parlamentares de todos os membros do governo) e Guerra-parl (documento onde constam os nomes parlamentares de todos os deputados, bem como a que círculo eleitoral pertencem).
- D) *Como é feito o processo de transcrição?* A passagem do discurso oral para o discurso escrito é realizada pela equipa de redatoras, que contam com a preciosa ajuda de uma aplicação informática, que contém a gravação áudio das sessões plenárias e de todas as outras reuniões; e de uma pedaleira, que, na verdade, é um dispositivo de controlo áudio com a função de *play, pause, fast forward, rewind*.
- E) *Por que motivo as redatoras e as revisoras estão presentes no Plenário?* Apesar de o Canal Parlamento assegurar a gravação (som e imagem) dos debates, não consegue captar todos os momentos. Daí a necessidade de as

redatoras e as revisoras estarem no local para tomarem boa nota de tudo o que ocorrer (hora de início e fecho da sessão, quem aplaudiu, quem protestou, quem proferiu apartes e em que momento...) e, assim, introduzirem essa informação no *Diário*.

- F) *Quanto tempo está no Plenário a equipa?* As redatoras estão no plenário durante quinze minutos e as revisoras durante uma hora — sai uma redatora e/ou revisora e entra imediatamente outra, segundo uma escala rotativa elaborada no dia anterior pelo secretariado. Isto significa que as redatoras saem do plenário e dirigem-se para os seus computadores para transcreverem o fragmento de quinze minutos (note-se que, em média, é um trabalho que demora quatro horas) que corresponde ao período em que estiveram no hemiciclo. As revisoras, tendo estado uma hora no plenário, ficam com uma visão alargada do debate, o que vai ajudar à revisão dos fragmentos transcritos pelas redatoras.
- G) *Quanto tempo demora a elaboração do Diário?* Idealmente, o mínimo tempo possível, pois ele é isso mesmo, um diário.
- H) *Onde é publicado?* Na base de dados Debates Parlamentares, sediada no portal do Parlamento. Aí constam todos os *Diários* desde 1821 até à atualidade, que podem ser consultados por todos.
- I) *O Diário também é publicado em papel?* Desde 2002, passou a ser publicado exclusivamente em formato eletrónico. Até essa data, a sua impressão estava a cargo da Imprensa Nacional.
- J) *Como é uma semana comum na DRAA?* Geralmente, as segundas e terças-feiras são dedicadas à transcrição, por parte dos redatores, e à revisão, por parte dos revisores, das audições das comissões de inquérito que estejam a decorrer. Já às quartas, quintas e sextas — estes são os dias destinados ao Plenário — é feita a transcrição e a revisão das sessões plenárias.

Eis chegada à prova de fogo: a árdua tarefa da transcrição.

Durante o estágio, fiz a transcrição de vários fragmentos (cada fragmento corresponde a 15 minutos de debate), tendo sido acompanhada por uma colega da DRAA.

O primeiro fragmento que transcrevi, enquanto redatora, corresponde à sessão plenária do dia 17 de janeiro de 2018 e demorei cerca de 3 horas a fazê-lo. No Anexo III, encontram-se duas transcrições que fiz durante o estágio e a respetiva revisão, ou seja, o produto final.

Comecei por gravar um documento *Word* no arquivo digital da Divisão e, de seguida, de pés na pedaleira, auscultadores nos ouvidos e mãos no teclado, liguei-me à aplicação onde estão alocados os ficheiros áudio, isolei-me do mundo e concentrei-me na transcrição daquilo que o orador estava a dizer. Teclei, teclei, teclei e as dúvidas não paravam de aumentar. Afinal, não é assim tão fácil como aparenta passar um discurso oral para escrito. Valeu-me, pois, a ajuda preciosa do Guia, que, como referi anteriormente, é um livro de estilo, criado por uma equipa da DRAA, que contém regras para a uniformização do *Diário* (e.g., quais as palavras e expressões que devem estar em itálico, negrito, entre aspas; quais as fórmulas aplicadas quando há pausas, interrupções, mudança de Presidente).

Quando as regras de estilo não estão interiorizadas, o trabalho torna-se ainda mais árduo. No entanto, com o avançar do tempo, as dúvidas relacionadas com as regras dissipam-se, mas as relacionadas com o conteúdo densificam-se (que quererá dizer o orador com esta frase? — interroguei-me tantas vezes).

É certo: o conhecimento aprofundado das regras gramaticais e o domínio das matérias políticas são os segredos para se chegar a bom porto.

De seguida, farei uma análise comparativa, observando as regras do Guia, entre o fragmento que transcrevi e a revisão desse fragmento feita por uma colega da DRAA, dando nota das principais dificuldades com que me deparei.

No Documento A pode observar-se a primeira transcrição que fiz e que está de acordo com a formatação utilizada pelos redatores na elaboração do *Diário*, que é a seguinte: Times New Roman; tamanho de letra, 14; espaçamento entre linhas, 1,5; parágrafo, 1,25 cm; justificado; espaçamento entre parágrafos, 0 pto antes/0 pto depois.

Porém, o modelo do *Diário* em que é publicada a *Ata* tem uma formatação

diferente (tipo de letra, arial; tamanho de letra, 10; espaçamento entre linhas, 1,2; parágrafo, 0,5 cm; justificado; espaçamento entre parágrafos, 0 pto antes/0 pto depois), como se pode ver no Documento B.

Optei por usar notas de rodapé para assinalar algumas das regras usadas pela DRAA, bem como as dificuldades com que me deparei na tarefa da transcrição.

Exemplo prático: fragmento do *Diário da Assembleia da República* n.º 36, da 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da XIII legislatura, de 17 de janeiro de 2018.

#### **Documento A**

O Sr. Presidente: - Tem agora a palavra para uma intervenção a Sr.<sup>a</sup> Deputada Susana Amador do PS.

Susana Amador (PS) - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Secretários de Estado, Sr. e Sr.<sup>a</sup> Deputados, nos últimos dois anos assistiu-se em Portugal a uma redução de 360 mil pessoas em risco de pobreza ou exclusão social, isto significa que diariamente cerca de 500 pessoas saíram do risco de pobreza ou exclusão social no nosso país, inicio esta minha intervenção com estes dados que espelham uma evolução positiva face ao país que herdamos, um país severamente empobrecido e todos sabemos como os problemas económicos e sociais se refletem na escola e no sucesso escolar das nossas crianças e jovens.

Aplausos do PS.

Aliás o relatório do Conselho Nacional de Educação de 2016, vinca precisamente essa questão ao referir que o resultados dos alunos em Portugal dependem do nível socioeconómico do seu agregado familiar mais do que é normal na média dos países da OCDE, por isso temos apostado na estabilidade das políticas públicas competentes que colocaram o país numa trajetória de crescimento sustentável, e de criação de mais e melhor emprego e prosseguimos a recuperação de rendimentos das famílias aprofundando a justiça na sua distribuição e a redução das desigualdades, assim contrariamente ao que foi a política desinvestimento e descapitalização dos serviços públicos da direita o governo vigente tem vindo a robustecer o Estado social e os serviços públicos daí que se prossiga diariamente a reconstituição e consolidação das escola pública, um setor tão martirizado

com os cortes cegos para além da troika do passado.

O emprego público, cresce vinculado extraordinariamente mais de 3500 professores e mais de 3000 também estão em vias de o serem, ampliámos os níveis de cobertura com obras em mais de 500 escolas também com a importante colaboração das autarquias, obras essas já concluídas a decorrer ou iniciar em breve, diversificando as ofertas e qualificando as respostas, temos vindo sucessivamente a reforçar a ação social escolar, e é verdade a política de verdade, está a acontecer para um combate educativo à pobreza e inversão da perpetuação das desigualdades com a atribuição pioneira de manuais escolares do 1.º ciclo abrangendo 370 mil alunos a criação de um terceiro escalão de apoio aos manuais escolares do 2.º e 3.º ciclo com a extensão do serviço de refeições escolares das pausas letivas e a retoma das visitas de estudo.

A qualidade do ecossistema educativo e o reforço da equidade na educação em todas as idades são centrais para o governo e para o partido socialista.

#### *Aplausos do PS*

Pelo que se prosseguirá o alargamento da rede cobertura de pré-escolar visando a sua cobertura universal, tendo sido aberto em dois anos cerca e 170 novas salas, asseguramos a expansão do ensino profissional com novos cursos e vagas, que chegou a 11 mil alunos.

Está a ser efetuado e bem, Sr.<sup>a</sup> e Sr. Deputados, uma aposta forte na educação de adultos tão desprezada pelo Governo anterior, duplicando o número de alunos inscritos face a 2015 e o número docentes a chegar aos 303. Aposta essa ainda ontem identificada como um importante desafio e imperativo para superar o défice de adultos qualificados XXXXXSantos Presidente do CNE em audição na Comissão de Educação.

Sr. Presidente, num país com uma cultura de retenção persistente e repetência precoce em que cerca de 30 % dos alunos com 15 anos estão

desfasados do seu ano escolar de referência é urgente combater o insucesso de todos os modos, vencer as suas causas e colocar a inovação, as aprendizagens essenciais e novos modelos pedagógicos no ADN das nossas escolas.

Tem sido assim, com este Governo, pelo que o programa nacional de promoção do sucesso escolar ao colocar a escola no centro da decisão está a fazer o seu caminho e adesão de 663 escola ao mesmo, é demonstrativo da sua qualidade e necessidade, e não se diga que o programa é pouco que não é resposta certa como diz o CDS, necessária ou suficiente, porque as escolas fizeram o diagnóstico e traçaram os seus planos de ação de combate ao insucesso escolar, agem de forma preventiva com base monitorização permanente mobilizam os recursos existentes de forma estratégica.

As instituições do Ensino Superior e os centros de formação estão a trabalhar em parceria com as escolas bem como XXXX do programa que o faz de forma permanente, há de estar a mais XXX programa está a significativa melhoria dos resultados obtidos pela escola que aderem ao programa no ano transato.

Na verdade, fruto das políticas do anterior Governo que desvalorizou o plano nacional de leitura, o plano de 2016 veio mostrar uma descida da literacia na leitura dos alunos portugueses, no entanto o ano passado a escolas conhecedoras da sua realidade e do efeito das medidas introduzidas pelo Ministro Crato já tinham inscrito para os primeiros anos de escolaridade medidas específicas para melhorar as competências leitoras, que envolveram 8 mil docentes e 400 ações de formação, sabemos ainda que os relatórios da escola e os relatórios individuais relativamente às provas de aferição, que foram levadas a sério pelos professores e pelos alunos são importante instrumento XXX em particular com o 2.º ano que a escola está a usar com grande eficiência no combate ao insucesso escolar.

## Documento B

O Sr. **Presidente** (Jorge Lacão)<sup>1</sup>: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Susana Amador.

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Amador** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Nos<sup>2</sup> últimos dois anos, assistiu-se, em Portugal, a uma redução do número de pessoas — 360 000<sup>3</sup> — que estavam em risco de pobreza ou exclusão social, o que significa que, diariamente, cerca de 500 pessoas saíram do risco de pobreza ou de exclusão social no nosso País.

Início esta minha intervenção referindo tais dados, que espelham uma evolução positiva face ao País<sup>4</sup> que herdámos, um País severamente empobrecido. E todos sabemos como os problemas económicos e sociais se refletem na escola e no sucesso escolar das nossas crianças e jovens.

*Aplausos do PS<sup>5</sup>.*

O Relatório do Conselho Nacional de Educação, de 2016, vinca precisamente essa questão ao referir que «os resultados dos alunos em Portugal dependem do nível socioeconómico do seu agregado familiar mais do que é normal na média dos países da OCDE»<sup>6</sup>.

Por isso, temos apostado na estabilidade das políticas públicas competentes, que colocaram o País numa trajetória de crescimento sustentável, de criação de mais e melhor emprego, bem como prosseguimos com a recuperação de rendimentos das famílias, aprofundando a justiça na sua distribuição e a redução das desigualdades.

Contrariamente ao que foi a política da direita de desinvestimento e de descapitalização dos serviços públicos, o Governo<sup>7</sup> vigente tem vindo a robustecer o Estado social e os serviços públicos. Daí que se prossiga diariamente com a reconstituição e a consolidação da escola pública, um setor tão martirizado e que foi alvo de cortes cegos para além da troica<sup>8</sup> do passado.

O emprego público cresce —<sup>9</sup> vinculámos extraordinariamente mais de 3500 professores e mais de 3000 também estão em vias de serem vinculados —, ampliámos os níveis de cobertura em colaboração com as autarquias, com obras em mais de 500 escolas, obras essas já concluídas, a decorrer ou a iniciar em breve, diversificando as ofertas e qualificando as respostas.

Temos vindo sucessivamente a reforçar a ação social escolar — é política de verdade, está

---

<sup>1</sup> Quando não é o Presidente da Assembleia da República a presidir à sessão, o nome do Vice-Presidente tem de estar entre parêntesis.

<sup>2</sup> Quando se trata de uma intervenção, usa-se dois pontos e letra maiúscula.

<sup>3</sup> Só a palavra “milhões” é que se escreve por extenso; escrevem-se por extenso números de zero (0) a nove (9) e números fracionários até um nono.

<sup>4</sup> País escreve-se sempre com letra maiúscula quando se trata de Portugal.

<sup>5</sup> Tudo o que consta do *Diário* e é da lavra das redatoras/revisoras surge em itálico. Neste caso concreto, estando no plenário, a redatora verificou que o PS aplaudiu naquele momento do discurso.

<sup>6</sup> Como é uma citação (foi feito um trabalho de pesquisa para chegar a essa conclusão), é obrigatório o uso das aspas.

<sup>7</sup> Escreve-se sempre “Governo” com letra maiúscula.

<sup>8</sup> A DRAA fixou a norma de que “troica” se escreve da forma como está no texto e não como eu escrevi (troika).

<sup>9</sup> Pude verificar que os travessões são muito usados pelas redatoras, pois, segundo elas, os oradores usam muitas intercalares e este tipo de pontuação torna o texto mais legível.



a acontecer!<sup>10</sup> — para um combate efetivo à pobreza e inversão da perpetuação das desigualdades, com a atribuição pioneira de manuais escolares no 1.º ciclo, abrangendo 370 000 alunos, a criação de um 3.º escalão de apoio aos manuais escolares dos 2.º e 3.º ciclos de ensino, com a extensão dos serviços de refeições escolares nas pausas letivas e a retoma das visitas de estudo.

A qualidade do ecossistema educativo e o reforço da equidade na educação em todas as idades são centrais para o Governo e para o Partido Socialista.

*Aplausos do PS.*

Dessa forma, irá prosseguir-se o alargamento da rede de cobertura do ensino pré-escolar visando a sua cobertura universal, tendo já sido abertas, em dois anos, cerca de 170 novas salas, para além de termos assegurado a expansão do ensino profissional, com novos cursos e vagas, que chegou a 11 000 alunos.

Está a ser efetuada, e bem, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, uma aposta forte na educação de adultos, tão desprezada pelo Governo anterior: regista-se a duplicação do número de alunos inscritos face a 2015; o número de centros vai chegar aos 303, aposta essa ainda ontem identificada por Maria Brederode dos Santos<sup>11</sup>, Presidente do CNE<sup>12</sup> (Conselho Nacional de Educação), na Comissão de Educação, como um importante desafio e imperativo para superar o défice de adultos qualificados.

Sr. Presidente, num País com uma cultura de retenção persistente e repetência precoce, em que cerca de 30% dos alunos com 15 anos estão desfasados do seu ano escolar de referência, é urgente combater o insucesso de todos os modos, vencer as suas causas e colocar a inovação, as aprendizagens essenciais e novos modelos pedagógicos no ADN das nossas escolas.

*Aplausos do PS.*

Tem sido assim com este Governo. O Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, ao colocar a escola no centro da decisão, está a fazer o seu caminho e a adesão de 663 escolas a esse Programa<sup>13</sup> é demonstrativa da sua qualidade e necessidade.

E não se diga que o Programa é pouco, que não é a resposta certa, necessária ou suficiente, como diz o CDS, porque as escolas fizeram o diagnóstico e traçaram os seus planos de ação de combate ao insucesso escolar, agindo de forma preventiva com base numa monitorização permanente e mobilizando os recursos existentes de forma estratégica.

As instituições de ensino superior e os centros de formação estão a trabalhar em parceria com as escolas, bem como a estrutura de missão<sup>14</sup> desse Programa, que o faz de forma permanente.

A atestar a mais-valia<sup>15</sup> deste Programa está a significativa melhoria dos resultados obtidos pelas escolas que aderiram ao Programa no ano transato.

Na verdade, fruto das políticas do anterior Governo, que desvalorizou o Plano Nacional de Leitura, o PIRLS 2016<sup>16</sup> (Progress in International Reading Literacy Study) veio mostrar uma descida da literacia de leitura dos alunos portugueses. No entanto, no ano passado, as escolas, conhecedoras da sua realidade e do efeito das medidas introduzidas pelo Ministro Crato, já

---

<sup>10</sup> O ponto de exclamação é usado quando o orador reforça a entoação.

<sup>11</sup> Devido à dicção da oradora, inicialmente não consegui perceber o nome que estava a mencionar.

<sup>12</sup> As siglas devem ser desdobradas na primeira vez que forem referidas.

<sup>13</sup> Quando se sabe qual é o programa a que esse está a referir, usa-se letra maiúscula.

<sup>14</sup> Não consegui perceber esta expressão, uma vez que a oradora a disse de forma quase impercetível.

<sup>15</sup> Outra expressão que também tive dificuldade de compreender.

<sup>16</sup> A oradora diz “PIRLS” e não “plano”, como eu tinha escrito.

tinham inscrito, para os primeiros anos de escolaridade, medidas específicas para melhorar as competências leitoras, que envolverão 8000 docentes e 400 ações de formação.

Sabemos ainda que os relatórios da escola e os relatórios individuais relativos às provas de aferição, que foram levadas a sério pelos professores e pelos alunos, são um importante instrumento de **monitorização**<sup>17</sup>, em particular no 2.º ano, que as escolas estão a usar com grande eficiência no combate ao insucesso escolar.

---

<sup>17</sup> Mais uma expressão que não consegui perceber inicialmente.

Analisado este fragmento, sublinho a importância — por sua vez, também foi a grande dificuldade — de compreendermos o que estamos a transcrever. Cada área (saúde, educação, justiça) usa uma linguagem própria e, para quem não está familiarizado, o esforço de compreensão é maior.

Registo, também, a dificuldade no uso da pontuação. O texto escrito, nesse caso, é limitador, porque não consegue traduzir com exatidão a entoação que o orador dá a determinada palavra ou frase. E não me refiro sequer aos gestos e ao olhar, que o texto não comporta.

É muito difícil perceber quais são os limites. Se o orador está a ser muito repetitivo é propositado? Devemos eliminar do texto as bengalas linguísticas, como “portanto”, “pois”, “aqui”?

Mas como vivemos num mundo de “e” e não de “ou” (lemos jornais em papel e eletrónicos; assistimos a filmes na Netflix e também vamos ao cinema; ouvimos música no mp4 e no gira-discos), neste trabalho também podemos fazê-lo. Lemos o *Diário da Assembleia da República* (permite, por estar disponível eletronicamente, pesquisar por palavra, expressão, orador, tema, data) e podemos ver o vídeo do debate que deu origem ao DAR (permite observar os tais gestos e olhares dos oradores).

### **3.1.2. Reflexões, melhorias e sugestões**

Por fim, têm lugar as perguntas mais difíceis.

- K) *Quais as dificuldades mais sentidas na tarefa da transcrição?* Perceber a dicção de alguns oradores; entender os limites entre o que foi dito e o que deverá ser escrito; ser fiel ao estilo do orador; compreender a ideia que se pretende transmitir.
- L) *O que poderia ter corrido melhor?* A meu ver, o estágio correu bem. Não aprendi tudo o que havia para aprender e há sempre aperfeiçoamentos a fazer, mas esse também é o percurso de quem se dedica diariamente, há muitos anos, a qualquer trabalho.
- M) *Quais as características que deve ter quem desempenha este trabalho?* Conhecimento apurado da língua portuguesa e o bom uso da pontuação; domínio da atualidade política; cultura geral; rigor; concentração máxima;

conhecimento médio de ferramentas informáticas, nomeadamente do *Word*.

- N) Quais as sugestões que poderei apresentar? Como a tarefa da transcrição exige, entre outras competências, o saber aprofundado da nossa língua, seria importante haver mais formações e/ou cursos de revisão e edição de texto.

### 3.2. II Série do Diário da Assembleia da República

Chegámos, pois, à segunda parte do meu estágio, que decorreu com o acompanhamento das colegas que trabalham exclusivamente nesta Série.

Para uma maior celeridade na execução dos *Diários da Assembleia da República*, foram criados modelos para cada Série com uma formatação específica ao *Diário* (tipo de letra, arial; tamanho de letra, 10; espaçamento entre linhas, 1,2; parágrafo, 0,5 cm; justificado), cuja apresentação se pode ver na figura 1 do anexo IV.

Como referi anteriormente, o jornal oficial do Parlamento designa-se *Diário da Assembleia da República* e compreende duas Séries independentes, as I e II Séries.

Os *Diários da Assembleia da República* poderão ser publicados em qualquer dia da semana à exceção de domingo e feriado.

A II Série foi criada em 1977 e contém os documentos da Assembleia que, nos termos do Regimento, deveriam ser publicados.

Em 1988, a II Série do *Diário* compreendia três subséries (A, B e C) e os respetivos suplementos, quando se justificava a sua elaboração.

A **II Série-A** incluía as iniciativas legislativas e todos os documentos referentes ao processo legislativo das mesmas, bem como outros documentos que, pela sua importância, deveriam constar desta subsérie; a **II Série-B** continha os documentos relativos à atividade fiscalizadora da Assembleia da República e ao seu relacionamento com o governo; e, por último, a **II Série-C** abrangia os vários documentos que tinham a ver com a atividade da Assembleia da República, quer os que diziam respeito ao seu funcionamento interno, quer os que estavam relacionados com a atividade de órgãos independentes que funcionavam junto à Assembleia da República.

Em 2007, devido a um aumento significativo do volume de documentação, houve necessidade de se fazer uma reestruturação que conduziu às cinco subséries (A, B, C, D e E), que são as que existem neste momento.

#### 3.2.1. II Série (A, B, C, D e E)

Irei elencar todo o procedimento necessário para a elaboração de um *Diário* da II Série, para além de dar conta do que consta em cada subsérie, e farei uma análise crítica

sobre esta área de trabalho.

Os documentos publicados na II Série (A, B, C, D e E) são provenientes das forças políticas com assento no Parlamento (projetos de lei e de resolução), do governo (proposta de lei e de resolução), de diferentes serviços da Assembleia da República (Gabinete do Presidente da Assembleia da República, Gabinete do Secretário-Geral, Divisão de Apoio às Comissões, Divisão de Apoio ao Plenário e Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar, entre outros) e de entidades externas (Conselho Económico e Social, Tribunal Constitucional, Provedor de Justiça).

Os documentos a publicar são recebidos pela DRAA, que tem essa tarefa a seu cargo de diversas formas:

- através de uma caixa de correio especialmente criada para o efeito — os documentos que são enviados pelos serviços da Assembleia da República;

- através da base de dados, designada Atividade Parlamentar, onde se encontra toda a informação parlamentar — projetos de lei, propostas de lei, projetos resoluções, propostas de resolução, votos, petições, entre outros —, desde a I legislatura até à atualidade;

- através de solicitação às entidades exteriores do envio dos documentos em *Word* (Comissão Nacional de Eleições, Comissão Nacional de Proteção de Dados, Comissão de Acesso aos Dados Administrativos, Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, entre outras).

Grande parte da documentação é recebida em formato digital, por norma em *Word*, embora ainda se recebam documentos em papel.

Recebida a documentação, faz-se uma análise dos documentos com o objetivo de se saber: se são ou não publicados; se estão completos; se os anexos, caso estes sejam referidos no documento, acompanham esses mesmos documentos; se estão de acordo com a informação constante no ofício que acompanha os documentos (*e.g.*, no ofício consta que a conferência se realizou a 8 e 9 de julho, mas o relatório apenas refere as ações realizadas no dia 9, o que significa que terá de haver um esclarecimento sobre as datas referidas).

Feita esta análise, separam-se os documentos por subsérie e dentro de cada subsérie pela ordem por que têm de ser publicados.

Perante os textos a publicar em cada subsérie, faz-se um sumário relativo a esses documentos, de acordo com essa ordem, e constrói-se o *Diário* com o sumário e os próprios textos depois de revistos, do ponto de vista quer ortográfico quer legístico.

A distribuição das matérias pelas respetivas subséries, números e suplementos é, segundo as regras de publicação estabelecidas pelo Regimento da Assembleia da República, efetuada do seguinte modo:

➤ **II Série-A** — Textos dos decretos, resoluções e deliberações do plenário, da comissão permanente, da mesa da Assembleia da República e da conferência dos representantes dos grupos parlamentares, dos projetos de revisão constitucional, dos projetos e propostas de lei, dos projetos e propostas de resolução e de referendo, assim como dos projetos de deliberação, dos pareceres das comissões parlamentares sobre eles emitidos e textos de substituição, quando existam, ou finais, bem como os restantes pareceres solicitados às comissões parlamentares, as convocações da Assembleia pelo Presidente da República, nos termos da Constituição, as mensagens do Presidente da República, o Programa do Governo e as moções de rejeição do Programa do Governo, de censura e de confiança.

➤ **II Série-B** — Consiste em textos dos votos, interpelações, inquéritos parlamentares e requerimentos de apreciação de decretos-leis, das audições parlamentares, os textos e relatórios das petições que devam ser publicados nos termos da lei e aqueles a que a comissão parlamentar competente entenda dar publicidade e mensalmente um mapa dos requerimentos e perguntas respondidos fora de prazo e não respondidos, desde o início da legislatura até ao último dia do mês anterior.

As perguntas formuladas por escrito ao governo e os requerimentos referidos nas alíneas *d)* e *e)* do artigo 156.º da Constituição, bem como as respetivas respostas, cuja reprodução pode ser parcial quando a Mesa assim o entenda por motivo da sua extensão, deixaram de ser publicados a partir de 2013.

A maior parte dos documentos publicados na II Série-B são votos, petições e apreciações parlamentares.

➤ **II Série-C** — Relatórios da atividade das comissões parlamentares nos termos do Regimento, bem como das delegações da Assembleia da República e documentos relativos ao mandato de deputado e aos grupos parlamentares.

➤ **II Série-D** — Relatório da participação da Assembleia da República em organizações internacionais, designadamente na União Interparlamentar, nas Assembleias Parlamentares do Conselho da Europa, da Organização do Tratado do Atlântico Norte, da União da Europa Ocidental e da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, e na Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários, desde que constem integralmente dos respetivos registos, bem como das delegações da Assembleia e os documentos relativos à constituição e composição dos grupos parlamentares de amizade.

➤ **II Série-E** — Os despachos do Presidente da Assembleia e dos Vice-Presidentes, orçamento e contas da Assembleia da República, relatórios da atividade da Assembleia e da auditoria jurídica, deliberações, recomendações, pareceres e relatórios das entidades administrativas independentes que funcionam junto da Assembleia da República, documentos relativos ao pessoal da Assembleia da República e outros que, nos termos da lei ou do Regimento, devam ser publicados, bem como os que o Presidente entenda mandar publicar.

### 3.2.2. Como se faz a II Série?

De seguida, passo a explicar a minha experiência da feitura dos *Diários da Assembleia da República* na II Série.

#### ➤ II Série-A

Durante o estágio, no que respeita à II Série-A, os procedimentos que adotei para fazer os *Diários da Assembleia da República* n.ºs 49 e Suplemento, de 4 de janeiro de 2018, e 50, de 5 de janeiro de 2018, entre outros, foram os seguintes:

— Recebi por correio eletrónico a documentação enviada pela Divisão de Apoio ao Plenário (texto do Decreto da Assembleia da República n.º 177/XIII) e enviada pela Divisão de Apoio às Comissões (pareceres, notas técnicas e informações das diferentes comissões);

— Copiei-os para o modelo do *Diário* respetivo (modelo em formato digital relativo à II Série-A, XIII legislatura da 3.ª Sessão Legislativa);



— Procedi à revisão dos textos, corrigindo eventuais erros ortográficos, e assegurei a correta edição gráfica (tipo de letra, espaçamentos, hiperligações, margens, entre outros);

— Assegurei que no *Diário da Assembleia da República* iriam constar as assinaturas dos proponentes da iniciativa legislativa, do Presidente da Assembleia da República ou de quem o esteve a substituir no momento (Decreto da Assembleia da República e Resolução) e dos autores dos pareceres e respetivos presidentes das diferentes comissões (pareceres e informações);

— Incluí todos os documentos a publicar neste número;

— Preenchi os dados no *Diário da Assembleia da República* (data e número do *Diário*), tanto na capa como nos cabeçalhos;

— Incluí o sumário (com a elencagem de todos os documentos constante desse *Diário da Assembleia da República*, incluindo os do suplemento);

— Paginei e verifiquei se no final do *Diário da Assembleia da República* constava a referência à divisão que tinha esta missão (Divisão de Redação e Apoio Audiovisual);

— Finalmente, publiquei-o no *site* da AR@Net (intranet da Assembleia da República) e na internet (*site* público do Parlamento), cuja apresentação se pode ver na figura 2 do anexo IV.

*Observação 1:* No caso de as assinaturas não serem percetíveis, deveremos solicitar à Divisão de Apoio ao Plenário (DAPLEN) que as esclareça. Se o responsável for um membro do governo (propostas de lei e de resolução), há necessidade de se saber se a assinatura é dele (*e.g.*, Primeiro-Ministro) ou se é de alguém que o esteja a substituir (*e.g.*, Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa). Recebida a informação da DAPLEN sobre quem assina, recorre-se ao documento denominado Elenco-gov, onde constam os nomes profissionais e os nomes completos dos mesmos, para podermos colocá-los como assinatura no *Diário da Assembleia da República*. (*e.g.*, P'lo Primeiro-Ministro, Maria Manuel de Lemos Leitão Marques).

Os ofícios que acompanham a remessa da documentação não são para publicar, mesmo que tragam informação relevante, tais como «Encarrega-

nos a Senhora Presidente da Comissão de enviar o parecer sobre a iniciativa referida em assunto, aprovado por unanimidade em reunião da COFMA de 26 de setembro de 2018 e que teve como autor o Senhor Deputado António Ventura». O que se faz é colocar, no fim do parecer, a seguinte nota: «O parecer foi aprovado por unanimidade em reunião da Comissão de 26 de setembro de 2018».

➤ II Série-B

Nesta subsérie elaborei o DAR II Série-B n.º 9, de 13 de novembro de 2017, para o qual tive de adotar os seguintes procedimentos:

— Recebi, por correio eletrónico, enviado pela Divisão de Apoio às Comissões, o relatório da discussão e votação do relatório final da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do XXI Governo Constitucional no que se relaciona com a nomeação e a demissão da administração do Dr. António Domingues, com o respetivo ofício;

— Elaborei o sumário;

— Analisei o respetivo relatório e concluí que ele tinha como anexos o relatório final, as propostas de alteração apresentadas por diversos grupos parlamentares e as declarações de voto por escrito;

— Verifiquei se estava na posse de todos os anexos e se estes estavam em *Word*;

— Como o relatório final só estava em PDF, solicitei à Divisão de Apoio às Comissões o envio do mesmo em *Word*;

— Perante a resposta da Divisão de Apoio às Comissões, de que não tinha o referido relatório em *Word*, passei à montagem do respetivo *Diário*, pela ordem indicada no ponto 7 do relatório da discussão e votação do relatório final;

[E.g.: Junta-se o relatório final, já com as propostas de alteração incorporadas, e anexam-se as propostas de alteração apresentadas por PSD, BE e CDS-PP (anexos I, II e III), bem como as declarações de voto do PCP e PSD (anexos IV e V)].

— Verifiquei eventuais erros e a formatação do que havia em *Word*;

— Construí a capa, colocando a data, indicando a subsérie e o número do *Diário*,

e incluí-lhe o sumário;

— Converti em PDF a capa com o que havia em *Word*;

— Peguei na documentação em PDF, retirei-lhe toda a informação desnecessária (cabeçalhos, rodapés, paginação e a paginação no índice);

— Juntei os dois PDF e construí um só documento final, que passou a ser o *Diário*;

— Finalmente, referi a divisão que elaborou o documento (Divisão de Redação e Apoio Audiovisual);

— Publiquei o *Diário* no *site* da AR@Net, que ficou imediatamente acessível a quem o quiser consultar no *site* do Parlamento, na internet, cuja apresentação se pode ver na figura 3 e 4 do anexo IV.

*Observação 2:* Tal como na subsérie A, os ofícios que, por norma, vêm a acompanhar a remessa dos diversos documentos não são para publicar.

Sempre que haja dúvidas na documentação a publicar no *Diário da Assembleia da República*, solicita-se à entidade que a remeteu o esclarecimento sobre a necessidade/obrigatoriedade dessa publicação.

## ➤ II Série-C

Relativamente a esta subsérie, elaborei o DAR II Série-C n.º 10, de 7 de março de 2018, e, para o efeito, adotei os procedimentos que passo a expor:

— Os relatórios da atividade das comissões parlamentares chegaram por *e-mail*;

— Organizei os documentos pela ordem das comissões (*E.g.*, 1.<sup>a</sup> Comissão — Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; 2.<sup>a</sup> Comissão — Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas; e assim sucessivamente, até à 12.<sup>a</sup> Comissão);

— Elaborei o sumário;

— Copiei os relatórios pela ordem das comissões para o modelo do *Diário*;

— Verifiquei os eventuais erros e ajustei a formatação dos documentos à formatação do *Diário*;

— Construí a capa, colocando a data, a subsérie e o número do *Diário*, e incluí o sumário;

— Por fim, converti o *Diário* em PDF e publiquei-o no *site* da AR@Net, ficando automaticamente disponível no *site* do Parlamento, na internet, cuja apresentação se pode ver na figura 5 do anexo IV.

#### ➤ II Série-D e II Série-E

Durante o estágio produzi os *Diários* da II Série-D n.º 9, de 2 de fevereiro de 2018 [relatório da participação da Assembleia da República na Reunião Interparlamentar organizada pela Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON), que teve lugar no Parlamento Europeu, em Bruxelas, no dia 10 de outubro de 2017], e da II Série-E n.º 12, 28 de fevereiro de 2018 (Despacho n.º 74/XIII, onde se designa o Vice-Presidente da Assembleia da República Jorge Lacão como substituto do Presidente da Assembleia da República, entre os dias 4 e 6 de março de 2018).

Os procedimentos que adotei tanto para a elaboração do DAR da II Série-D como para a II Série-E foram os seguintes:

— Recebidos os documentos (relatório e despacho) por *e-mail*, organizei a documentação;

— Elaborei o sumário;

— Efetuei a verificação de eventuais erros e o ajuste da formatação;

— Elaborei a capa, colocando a data, a subsérie e os números dos *Diários* respetivos, e incluí-lhe os sumários;

— Gravei os *Diários* em PDF e publiquei-os no *site* da AR@Net, ficando deste modo disponíveis para consulta externa no *site* do Parlamento na internet, cuja apresentação se pode ver nas figuras 6 e 7 do anexo IV.

### 3.2.3. Separatas

As separatas do Diário da Assembleia da República são elaboradas para publicação das iniciativas em discussão pública, conferindo aos cidadãos a possibilidade

de dar a sua opinião e contributos para posterior discussão e aprovação desses projetos de lei ou propostas de lei pela Assembleia da República.

Tratando-se de legislação do trabalho, a respetiva comissão parlamentar é obrigada a promover a apreciação pública do projeto ou proposta de lei, sendo estes publicados previamente em separata eletrónica do *Diário*, disponível no portal da Assembleia da República (a DRAA tem três modelos diferentes: apenas legislação do trabalho; apenas legislação relativa à administração pública; e para matéria respeitante ao trabalho e à administração pública).

São também publicadas em separatas matérias relativas à constituição de associações públicas profissionais (artigo 3.º da Lei n.º 2/2013, 10 de janeiro) e em razão da sua especial relevância (artigo 140.º da Regimento da Assembleia da República). A DRAA tem dois modelos diferenciados para estas duas situações.

As comissões de trabalhadores, as associações sindicais, associações de empregadores e cidadãos podem enviar à comissão parlamentar, no prazo por ela fixado, as sugestões que entenderem por convenientes e solicitar a audição dos seus representantes.

Esta edição contém um sumário e numeração própria, iniciando-se a cada legislatura.

O presidente da respetiva comissão solicita, através de ofício, a publicação em separata das iniciativas que irão para discussão pública, refere o prazo de apreciação pública, no qual as diversas entidades podem enviar os seus contributos, e requer ainda, nos termos da lei vigente, a autorização para o anúncio em dois jornais diários de âmbito nacional.

A Divisão de Apoio às Comissões envia ao Presidente da Assembleia da República esse ofício a solicitar a publicação de iniciativas em separata eletrónica do *Diário da Assembleia da República*.

O Presidente da Assembleia da República, após dar autorização, envia esse ofício à Direção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado que, por sua vez, o envia à Divisão de Redação e Apoio Audiovisual para publicação da separata.

Para preparar a Separata n.º 68, de 1 de setembro de 2017, relativa aos projetos de lei n.ºs 589/XIII (2.ª) — Fixa o regime de atribuição das compensações em acréscimo aos

suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (sexta alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho — Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas) (PCP) e 591/XIII (2.ª) — Determina a aplicação do Acordo de Empresa da EPAL a todos os trabalhadores das empresas criadas no âmbito do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de Março (PCP), adotei os seguintes procedimentos:

— Verifiquei se já existia o despacho do Presidente da Assembleia da República a autorizar a publicação daquela separata e o seu anúncio nos jornais, na medida em que a publicitação representa custos para a Assembleia;

— Solicitei ao Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas (CIC-RP) que contactasse dois jornais diários de âmbito nacional para acordar uma data de publicitação da separata;

— Analisei as iniciativas a colocar em discussão pública para saber qual o modelo a utilizar;

— Elaborei o sumário;

— Recebida a resposta do CIC-RP da data possível para essa publicitação nos jornais diários, contei o período indicado pelo presidente da comissão (20, 30 ou outros dias) a partir do dia seguinte ao da data de publicação;

— Preenchi o texto do aviso, onde informo o período em que as iniciativas se encontram em apreciação pública e em que separata irão ser publicadas, para além de outras informações ao cidadão;

— Remeti o aviso ao CIC-RP, que o enviou para os referidos jornais, cuja apresentação se pode ver na figura 8 do anexo IV;

— Entretanto, preenchi a capa da separata, colocando a data, que é a mesma do aviso, e o número, e inclui o sumário;

— Na segunda página da separata, informei o período em que as iniciativas se encontram em apreciação pública e introduzi na separata o texto das respetivas iniciativas;

— Convertida a separata em PDF, a DRAA publica-a na intranet, ficando de imediato disponível na internet;

— Após publicação, a DRAA dá conhecimento, remetendo um *e-mail*, à equipa

da internet, à comissão parlamentar que solicitou a separata, à Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar (DILP) e ao CIC-RP de que a mesma já se encontra publicada.

#### **3.2.4. Reflexões e dificuldades**

Gostei de pertencer a esta equipa da II Série, uma vez que tive a oportunidade de perceber como o trabalho de uma divisão interfere com o trabalho de outra e de como é importante haver uma uniformização e cooperação entre divisões para que o trabalho final seja mais célere e perfeito.

Com esta experiência, percebi que este trabalho, embora pareça, não é mecânico, tendo em conta que é necessário dar muita atenção a vários fatores na análise dos diversos documentos. Por isso, passo a enumerar algumas dificuldades que encontrei na execução dos *Diários*.

Há necessidade de limpar a formatação aos documentos vindos de outras entidades/serviços por ser incompatíveis com a formação do *Diário da Assembleia da República* (cabeçalhos, rodapés, quebras de seção, etc.).

Quando não se conseguem os documentos em *Word*, temos de converter os documentos de PDF em *Word*, com a utilização de um programa OCR (Optical Character Recognition) ou com o *Abbyy Fine Reader 8 Professional Edition*. O que acontece é que estes programas não reconhecem todos os caracteres, o que nos obriga a uma leitura muito atenta dos documentos e, por vezes, a muitas correções ortográficas, socorrendo-nos do original. E, muitas vezes, os documentos têm dezenas de páginas.

Além disto, a conversão também traz vários desalinhamentos no texto e problemas de formatação.

Se, por acaso, houver muitas imagens, mapas e tabelas, a dificuldade é acrescida devido ao fraco reconhecimento na conversão para *Word*, levando-nos a ter de as reconstruir.

O uso de numeração automática e de notas de rodapé também nos traz problemas, porque o *Diário* é composto por vários documentos. Por exemplo, na passagem de uma iniciativa para outra, se os artigos forem numerados automaticamente e o mesmo acontece para as notas de rodapé, o primeiro artigo da segunda iniciativa, ou a primeira nota de rodapé, aparece com o número seguinte ao do último artigo da primeira iniciativa, ou ao

da última nota de rodapé, em vez de «artigo 1.º» ou de nota de rodapé «<sup>(1)</sup>», o que nos leva a ter de estar atentos para evitar que isto aconteça.

Quando os documentos em PDF são muito grandes e têm muitas especificidades, como por exemplo escrito em árabe, não é humanamente possível convertê-los em *Word* devido aos problemas que daí podem advir, e, por isso, o PDF é tratado para ser integrado no *Diário*.

Portanto, nos documentos em PDF vamos eliminar toda a indicação de páginas no índice do documento por esta não corresponder às páginas do *Diário*, visto o *Diário* conter vários documentos (uma nota técnica tem, por exemplo, 20 páginas; quando inserida no *Diário* a primeira página desta nota técnica pode ser a pág. 31 e sucessivamente, e não a página 1). Sendo assim, devem ser eliminados os cabeçalhos, rodapés e toda a informação que não é para publicar.

Havendo documentos diferentes com índices iguais personalizados e com hiperligações, o que acontece quando se recorre à hiperligação é ir para uma página do *Diário* com aquele título mas que pode não ser o pretendido, por pertencer a um outro documento. Por exemplo, havendo duas notas técnicas, que têm um índice igual e hiperligado, no mesmo *Diário*, quando se pretende ir, na segunda nota técnica, a um determinado título escolhido, o que acontece é ir para a página onde consta esse mesmo título mas o da primeira nota técnica.

Assim, temos de ter o cuidado de retirar todas estas hiperligações para que não se verifique esta confusão nos índices dos títulos dos diversos documentos.

Por vezes, devido ao tamanho, por exemplo, de tabelas, gráficos, etc., há necessidade de intercalarmos páginas A4 na horizontal ou mesmo páginas A3. Ora, isto implica alterações na formação de toda a página, incluindo cabeçalhos.



#### 4. Conclusão

Quando iniciei o mestrado em Edição de Texto, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, tinha a plena percepção de que a sua conclusão previa a realização, entre outras opções, de um relatório de estágio, pelo que, desde logo, preconizei que seria elaborado na Divisão de Redação e Apoio Audiovisual da Assembleia da República.

Sendo eu funcionária da Assembleia da República desde 1998 e tendo tido oportunidade de desempenhar diversas funções em diferentes departamentos, sempre tive uma enorme curiosidade para compreender e aprender o trabalho levado a cabo na DRAA, uma vez que consiste especificamente em edição e revisão de texto e cujo produto final é o *Diário da Assembleia da República*.

As expectativas sobre as tarefas desempenhadas e o *modus operandi* da divisão que tinha antes do início do estágio vieram confirmar-se: trata-se de um serviço com um ambiente tranquilo e propício para a realização de funções em que a concentração é fulcral para o bom desempenho do trabalho.

Ao elaborar os *Diários*, onde consta o registo de tudo o que ocorre, quer no plenário, quer nas comissões, percebi verdadeiramente a sua dimensão e o impacto que o está lá escrito tem para a sociedade e para os portugueses, pois é lá que podemos ler, por exemplo, as alterações a determinada lei.

Apesar de ser difícil identificar com precisão quem lê os *Diários*, estima-se que, maioritariamente, sejam historiadores, investigadores, juristas, gestores e economistas.

No decorrer do estágio, não tive oportunidade de fazer revisão de texto, trabalho esse que só é atribuído a quem tem muitos anos de experiência e reúne as características certas para o desempenhar. No entanto, em relação às tarefas que executei, como a transcrição, fui ficando cada vez mais autónoma, e, claro, sempre com a ajuda de funcionárias da divisão.

Gostaria de reforçar que o processo de transcrição da língua falada para a escrita não é, de todo, uma tarefa simples, esbarrada e mecânica. Pelo contrário: os constrangimentos e as dificuldades surgem quase em cada palavra.

Como a minha licenciatura não foi feita na área das letras, a componente letiva do mestrado foi muito importante para mim. Inicialmente, senti-me um pouco desenquadrada mas rapidamente compreendi a linguagem e os termos que são usados na

área de edição de texto, que até então não me eram familiares.

Considero que estudámos autores — por exemplo, Marcuschi, Vigotsky e Castro-Caldas — que ajudaram a aproximar a teoria da prática e a refletir sobre a leitura, a escrita e o trabalho de revisão de texto. No entanto, julgo que a disciplina de Teorias e Práticas de Escrita e de Revisão de Texto deveria ter sido mais prática e menos teórica.

Não há margem para dúvida: tanto o trabalho que desempenhei na I Série, como na II Série, não é mais do que edição, comunicação e revisão. A única diferença para outras publicações mais comuns (*e.g.*, jornais semanais, revistas e livros) é a de que estamos a falar de um jornal oficial que tem como conteúdo a ata das sessões plenárias.

Nestas últimas linhas que escrevo, posso assegurar que escolhi o sítio certo para a realização do estágio. Aprendi, verdadeiramente, a arte de transcrever e editar um texto, cujo conteúdo, por sua vez, é tão importante para o desenvolvimento do nosso país.

Resta-me, apenas, agradecer a partilha de ensinamentos e de experiências por parte dos funcionários da DRAA, bem como a sua preciosa ajuda e gentileza no decorrer do estágio, o que contribuiu muito para o meu progresso e bem-estar.

## 5. Bibliografia

BERGSTRÖM, Magnus e Neves Reis, *Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa*, Lisboa: Casa das Letras, 2011.

*Constituição da República Portuguesa*, 7.<sup>a</sup> Revisão, Lisboa: Divisão de Edições, 2015.

FURTADO, José Afonso, *O Papel e o Pixel — Do impresso ao digital: continuidades e transformações*, Lisboa: Ariadne Editora.

*Regimento da Assembleia da República*, Lisboa: Divisão de Edições, 2015.

VARGAS, Ana; Valente, Pedro (coord.), *O Parlamento na Prática*, Lisboa: Divisão de Edições, Assembleia da República, 2008.

### Webgrafia

<http://debates.parlamento.pt/>

<http://www.parlamento.pt/DAR/Paginas/default.aspx>



## **ANEXOS**

## Anexo I

Organigrama dos Serviços da Assembleia da República

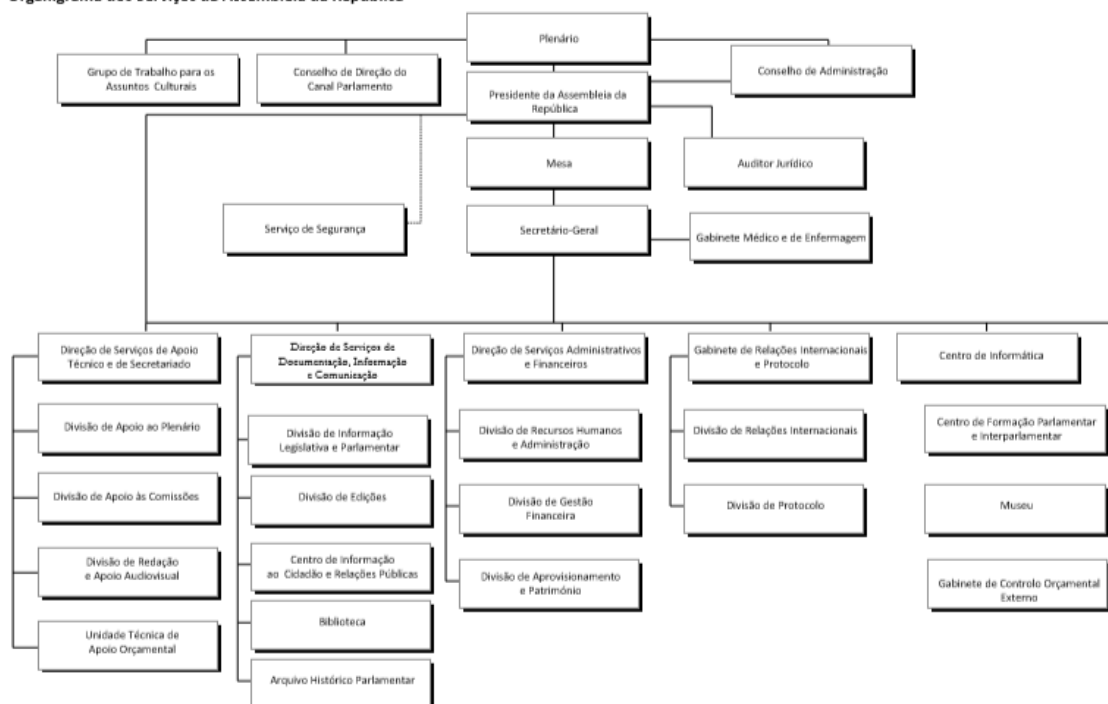


Figura 1 – Organigrama dos Serviços da Assembleia da República

## Anexo II



Figura 1 – Mesa que as revisoras e as redatoras ocupam no hemiciclo

### **Anexo III**

Fragmento do *Diário da Assembleia da República* n.º 24, da 3.ª Sessão Legislativa da XIII legislatura, de 7 de dezembro de 2017.

#### **Documento A**

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados o Grupo Parlamentar do PCP apresenta hoje três Projetos de Lei que visam melhorar as condições de trabalho dos profissionais da GNR (Guarda Nacional Republicana), profissionais da GNR que desempenham uma missão difícil, exigente, de grande desgaste e de grande importância para o nosso país, pelo que se exige que a estes profissionais sejam garantidas as condições necessárias para o desempenho das suas missões.

Além de garantir o acesso aos meios adequados, ao nível das viaturas, ao nível dos equipamentos e ao nível das instalações é necessário garantir um conjunto de direitos que compense os profissionais pelo desgaste que o exercício das funções comporta, e permita a sua recuperação física.

Assim, o Grupo Parlamentar do PCP apresenta dois projetos de lei, que visam melhorar o estatuto da GNR no que diz respeito direito às férias e ao direito a um horário de trabalho, depois de décadas a lutar pela consideração de um horário de trabalho na GNR estes profissionais conseguiram a consagração de um horário de referência por via de uma portaria. Não ignoramos o esforço feito na aprovação da portaria, mas importa consagrar no estatuto da GNR o horário de trabalho de 36 horas equiparando ao que hoje acontece na PSP (Policia de Segurança Pública) e assim dar força XXXX por via de força de lei a este direito e por esta via dar o contributo para que a eliminação das resistências que ainda hoje existem à consagração de um horário de trabalho para estes profissionais.

No segundo diploma que altera o estatuto dos profissionais da GNR, o PCP propõe uma alteração que visa repor o direito às férias que estes profissionais tinham e melhorarmos os mecanismos que consolidação da vida pessoal e familiar. Na verdade, o novo estatuto, aprovado pelo atual Governo, consagrou uma diminuição dos dias de férias, o Grupo Parlamentar do PCP considera este retrocesso inaceitável.

Por fim, apresentamos um projeto de lei que visa melhorar os direitos associativos na GNR, a história do associativismo na GNR, com a criação da APJ e de outras associações — APJ que aproveitamos para saudar uma vez que está presente aqui no plenário — demonstra que estas associações desempenham um importantíssimo papel na defesa dos direitos dos profissionais e consequentemente defendem e promovem a instituição GNR.

Para o PCP é claro que não há democracia sem a participação dos trabalhadores e no âmbito das forças e serviços de segurança é por via das associações profissionais que se representa quem no dia-a-dia constrói a GNR.

O Grupo Parlamentar do PCP com estas iniciativas legislativas visa consagrar a figura de utilidade associativo e melhorar os direitos dos dirigentes das associações profissionais com a convicção que aprofundando os direitos associativos, estamos a trazer mais democracia ao funcionamento da GNR, com estas iniciativas o Grupo Parlamentar do PCP dá um contributo para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da GNR, julgamos que estes profissionais merecem XXXXX estas melhorias legislativas, mas temos também consciência que melhorar as condições de trabalho dos profissionais é também melhorar a própria GNR e seu funcionamento.

*Aplausos do PCP.*



## Documento B

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PCP apresenta hoje três projetos de lei que visam melhorar as condições de trabalho dos profissionais da GNR.

Os profissionais da GNR desempenham uma missão difícil, exigente, de grande desgaste e de grande importância para o nosso País, pelo que se exige que a estes profissionais sejam garantidas as condições necessárias para o desempenho das suas missões.

Além de garantir o acesso aos meios adequados ao nível de viaturas, equipamentos e instalações, é necessário garantir um conjunto de direitos que compense os profissionais pelo desgaste que o exercício das funções comporta e permita a sua recuperação física.

Assim, o Grupo Parlamentar do PCP apresenta dois projetos de lei que visam melhorar o Estatuto da GNR no que diz respeito ao direito às férias e ao direito a um horário de trabalho.

Depois de décadas a lutar pela consagração de um horário de trabalho na GNR, estes profissionais conseguiram a consagração de um horário de referência por via de uma portaria. Não ignoramos o esforço feito para a aprovação da portaria, mas importa consagrar no Estatuto da GNR o horário de trabalho de 36 horas, equiparando ao que hoje acontece na PSP, e, assim, dar força de lei a este direito e, por esta via, dar um contributo para a eliminação das resistências que ainda hoje existem à consagração de um horário de trabalho para estes profissionais.

No outro diploma também relacionado com o Estatuto dos profissionais da GNR, o PCP propõe uma alteração que visa repor o direito a férias que estes profissionais tinham e a melhoria dos mecanismos de conciliação da vida pessoal e familiar.

Na verdade, o novo Estatuto, aprovado pelo atual Governo, consagrou uma diminuição dos dias de férias e o Grupo Parlamentar do PCP considera este retrocesso inaceitável.

Por fim, apresentamos um projeto de lei que visa melhorar os direitos associativos na GNR.

A história do associativismo na GNR, com a criação da APG (Associação dos Profissionais da Guarda) — cujos associados que se encontram presentes nas galerias aproveitamos para saudar — e de outras associações, demonstra que elas desempenham um importantíssimo papel na defesa dos direitos dos profissionais e, consequentemente, defendem e promovem a instituição GNR.

Para o PCP é claro que não há democracia sem a participação dos trabalhadores e, no âmbito das forças e serviços de segurança, é por via das associações profissionais que se representa quem, no dia a dia, constrói a GNR.

O Grupo Parlamentar do PCP, com estas iniciativas legislativas, visa consagrar a figura do delegado associativo e melhorar os direitos dos dirigentes das associações profissionais, com a convicção de que, aprofundando os direitos associativos, estamos a trazer mais democracia ao funcionamento da GNR.

Com estas iniciativas, o Grupo Parlamentar do PCP dá um contributo para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da GNR.

Julgamos que estas melhorias legislativas são de elementar justiça, mas também temos consciência de que melhorar as condições de trabalho dos profissionais é melhorar a própria GNR e o seu funcionamento.

*Aplausos do PCP.*

### **Documento A**

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pontedeira** (PS): — Sr.as e Sr. Deputados, saúdo em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista os peticionários que solicitam a criação do grupo de recrutamento para a língua gestual portuguesa, sabemos que a valorização da língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e à igualdade de oportunidades está constitucionalmente consagrada, sabemos igualmente que compete ao Estado dar cumprimento a este direito fundamental, promovendo políticas públicas de educação que criem as melhores condições de facilitação da aprendizagem da língua gestual, sabemos também que o programa de governo afirma a inclusão de todas as pessoas na sociedade como uma prioridade. E o governo está a cumprir, está sim à altura das suas responsabilidades, Sr.<sup>a</sup> Deputada, foi concluída a negociação sindical para a criação do grupo de recrutamento para a língua gestual, reconhecendo desta forma aos formadores de língua gestual portuguesa a integração na carreira docente. Fica desta forma resolvida a pretensão inscrita na presente petição, assim como o Governo dá cumprimento à resolução aprovada por unanimidade nesta Assembleia.

O reconhecimento da condição docente aos formadores de língua gestual portuguesa, saudamos por isso o Governo, mas o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não acompanha a iniciativa do Bloco de Esquerda, consideramos que a apresentação deste projeto de resolução é extemporâneo, foi consensualizado entre as estruturas sindicais e o Ministério da Educação que se solicita o conselho consultivo da Procuradoria-Geral da República para ser jurídico sobre contagem do tempo de serviço no caso em apreço, ora

é precisamente essa a matéria sobre a qual versa o projeto de resolução do Bloco de Esquerda. Não faz sentido a Assembleia da República propor ao Governo ações que podem carecer de base legal, não devemos tomar iniciativas que agravam na incerteza do ponto de vista técnico jurídico.

O Governo está a fazer o que tem que ser feito, com determinação e rigor com vista ao devido e justo reconhecimento público dos docentes de língua gestual portuguesa. Aliás, a valorização de todos os docentes tem sido um desidrato assumido por este Governo, a construção de uma escola pública de qualidade e inclusive onde o Ministério da Educação tem presente e reconhece a enorme importância do trabalho desempenhado todos os seus profissionais.

O Governo cumpre desta forma com escola inclusiva e com toda a sua comunidade.

*Aplausos do PS.*

## **Documento B**

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pontedeira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, saúdo os peticionários que solicitam a criação de um grupo de recrutamento para a Língua Gestual Portuguesa.

Sabemos que a valorização da Língua Gestual Portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e à igualdade de oportunidades, está constitucionalmente consagrada.

Sabemos igualmente que compete ao Estado dar cumprimento a este direito fundamental, promovendo políticas públicas de educação que criem as melhores condições de facilitação da aprendizagem da língua gestual.

Sabemos também que o Programa do Governo afirma a inclusão de todas as pessoas na sociedade como uma prioridade. E o Governo está a cumprir e está, sim, à altura das suas responsabilidades, Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Manuela Tender.

Foi concluída a negociação sindical para a criação de um grupo de recrutamento para a língua gestual, reconhecendo, desta forma, aos formadores de Língua Gestual Portuguesa a integração na carreira docente. Fica resolvida, assim, a pretensão inscrita na presente petição, assim como o Governo deu cumprimento à resolução aprovada, por unanimidade, nesta Assembleia. Saudamos o Governo pelo reconhecimento da condição docente aos formadores de Língua Gestual Portuguesa.

Contudo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não acompanha a iniciativa do Bloco de Esquerda. Consideramos que a apresentação deste projeto de resolução é extemporânea.

Foi consensualizado entre as estruturas sindicais e o Ministério da Educação que se solicite ao Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República um parecer jurídico sobre a contagem do tempo de serviço no caso em apreço. Ora, é precisamente essa a matéria sobre a qual versa o projeto de resolução do Bloco de Esquerda.

Não faz sentido ser a Assembleia da República a propor ao Governo ações que podem carecer de base legal. Não devemos tomar iniciativas que agravem a incerteza do ponto de vista técnico-jurídico.

O Governo está a fazer o que tem de ser feito, com determinação e rigor, dando o devido e justo reconhecimento público aos docentes de Língua Gestual Portuguesa.

Aliás, a valorização de todos os docentes tem sido um desiderato assumido por este Governo, inclusive na construção de uma escola pública de qualidade e inclusiva, setor onde o Ministério da Educação tem presente e reconhece a enorme importância do trabalho desempenhado por todos os seus profissionais.

O Governo cumpre, desta forma, com a escola inclusiva e com toda a sua comunidade.

*Aplausos do PS.*

## Anexo IV



Figura 1 – Modelo para a feitura dos *Diários da Assembleia da República*



Figura 2 – DAR II Série-A n.º 49, de 4 de janeiro de 2018



SUMÁRIO	
<p><b>Votos [n.ºs 557 a 596/XXII (3.º)]:</b>          N.º 557/XXII (3.º) — De louvor pelo resgate dos 12 jovens e seu treinador de futebol nas grotas de Chiang Rai, na Tailândia, apresentado pelo PSD e subscrito por Deputados do PS.          N.º 558/XXII (3.º) — De pesar pelo falecimento de Maria do Pilar de Jesus Garra Múcio-Ferreira, apresentado pelo PS e subscrito por um Deputado do PSD.          N.º 559/XXII (3.º) — De preocupação e condenação pela situação das praias públicas na Venezuela, apresentado pelo CDS-PP.</p> <p><b>Apreciações parlamentares [n.ºs 48 e 49/XXII (3.º)]:</b>          N.º 48/XXII (3.º) (Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações elétricas</p>	<p>particulares):          — Relatório de votação e texto final da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e propostas de alteração apresentadas por PSD, PS, BE e PCP.          N.º 49/XXII (3.º) (Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios):          — Relatório de votação e texto final da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e propostas de alteração apresentadas por PSD, PS e PCP.</p> <p><b>Petição n.º 335/XXII (2.º):</b>          Solicitam a definição de reformas justas e o reconhecimento da profissão de pedreiro como de «diáspora rápida» (Manuel Joaquim Soares Teixeira e outros).</p>

Figura 3 – DAR II Série-B n.º 57, de 14 de julho de 2018

SUMÁRIO	
<p><b>Comissão Especial de Inquérito Parlamentar à situação do XXI Governo Constitucional no que se relaciona com a corrupção e a deslealdade da Administração do Dr. António Domingues:</b>          — Relatório final da Comissão.</p>	

Figura 4 – DAR II Série-B n.º 9, de 13 de novembro de 2017



**SUMÁRIO**

<p><b>Comissões parlamentares:</b></p> <p>Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias — Plano de atividades para a 3.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura</p> <p>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas — Idem</p> <p>Comissão de Defesa Nacional — Idem</p> <p>Comissão de Assuntos Europeus — Idem</p> <p>Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa — Idem</p> <p>Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas — Idem</p>	<p>Grupo de Trabalho – Indústria — Idem</p> <p>Grupo de Trabalho – Turismo — Idem</p> <p>Comissão de Agricultura e Mar — Idem</p> <p>Comissão de Educação e Ciência — Idem</p> <p>Comissão de Saúde — Idem</p> <p>Comissão de Trabalho e Segurança Social — Idem</p> <p>Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação — Idem</p> <p>Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto — Idem</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Figura 5** – DAR II Série-C n.º 10, de 7 de março de 2018

Sexta-feira, 2 de fevereiro de 2018 II Série-D — Número 9

**DIÁRIO**  
da Assembleia da República

XIII LEGISLATURA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2017-2018)

**SUMÁRIO**

**Delegações da Assembleia da República:**

Relatório da participação da Assembleia da República na Reunião Interparlamentar organizada pela Comissão de assuntos Económicos e monetários (ECOM), que teve lugar no Parlamento Europeu, Bruxelas, no dia 10 de outubro de 2017.

**Figura 6** – DAR II Série-D n.º 9, de 2 de fevereiro de 2018



Figura 7 – DAR II Série-E n.º 12, de 28 de fevereiro de 2018

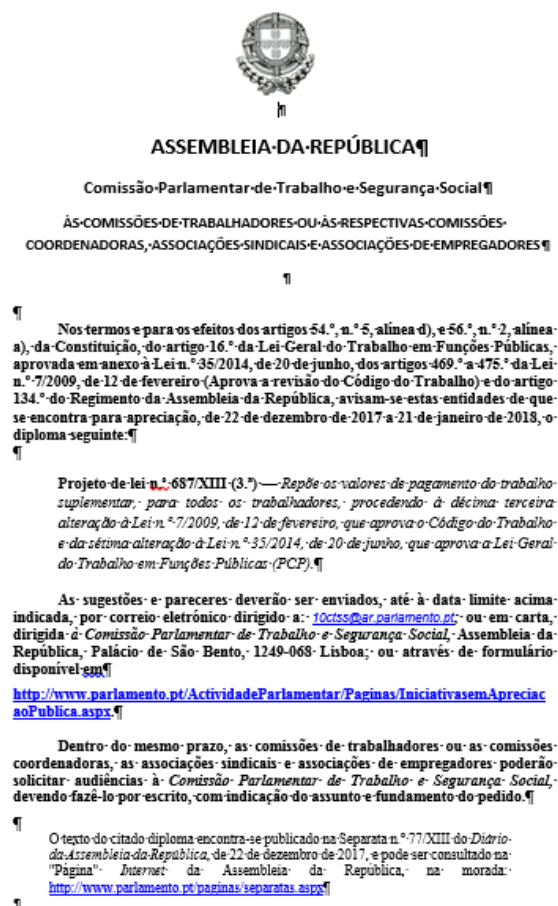


Figura 8 – Separata da Comissão de Trabalho e Segurança Social